



Exclusão digital: Análise de Acessibilidade nos ciberjornais brasileiros¹

Karine Arminda de Fátima SEGATTO²
Helton COSTA³

Resumo

A proposta deste artigo é uma sondagem sobre a acessibilidade à web para pessoas com deficiência nos sete ciberjornais mais acessados do Brasil que migraram versões para a Internet. A proposta contempla o conceito de acessibilidade aplicada aos objetos de análise, conferindo se as plataformas estão adequadas às diretrizes nacionais e internacionais referentes ao tema, por meio da validação automática realizada por software baseado nos padrões Web do e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico) e da WCAG (Web Content Accessibility Guidelines).

Palavras-chave

Acessibilidade; ciberjornais; exclusão digital

Considerações iniciais

Antes de investigar os erros contidos nos sete ciberjornais mais acessados no país, é preciso fazer um breve histórico da própria área, levando em consideração as medições Alexa⁴, ressaltando o fato que todos têm origem em transmediações de jornais impressos e de jornais televisivos⁵.

Iniciado em 1995 o ciberjornalismo é hoje o terceiro meio de informação mais utilizado no Brasil (Ibope, 2012), a frente de meios tradicionais como revistas e jornais. Desde

¹ Trabalho apresentado na modalidade de Artigo Científico na IV Conferência Sul-Americana e IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã.

² Mestranda em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e bolsista da Capes. E-mail: karinesegatto@gmail.com

³ Atualmente é aluno do Doutorado de Comunicação e Linguagens da Universidade Tuiuti do Paraná. Trabalho ligado ao Grupo de Pesquisa JORXXI da UTP. E-mail: h_costa@hotmail.com

⁴ O indicador Alexa é um serviço de informações sobre o tráfego da Internet Mundial criado pela Alexa Internet Inc, uma empresa controlada pela gigante Amazon.com, que mede quantos usuários de internet visitam um determinado site. A fórmula exata de cálculo (métricas) nunca foram divulgadas, mas especialistas afirmam que os dados estão baseados em milhões de análises de tráfego de usuários do Alexa Toolbar (ferramenta de avaliação de tráfego que pode ser instalado no site), bem como de coleta de informações possivelmente ligadas ao acessos em sites de busca como: Google Search, Yahoo! Search, Gmail, Yahoo! Mail, Google Trends, Google AdWords AdSense, MSN Search, MSN Messenger, Google Analytics e agora o Google Offers". (Disponível em www.bolsadeofertas.com.br)



a década de 60, quando a Internet ainda estava em fase de pesquisa, até sua popularização nos anos 90, passando pela criação dos primeiros ciberjornais nos Estados Unidos, até os dias atuais, essa área de conhecimento só tem se expandido.

Segundo Müller (2006) “o boom dos diários digitais foi entre 1995 e 1996”. (MÜLLER, 2006, p.02). “A iniciativa foi de um grupo de empresários que teve a ideia de distribuir notícias na Internet, por causa da rapidez de difusão da informação”. (QUADROS, 2002, p.07)

O Jornal do Brasil foi o primeiro a fazer uma cobertura completa no espaço virtual no país em 1995. Ele foi disponibilizado integralmente na web em 28 de maio, seguido por *Zero Hora*, do grupo RBS, em junho do mesmo ano. (MÜLLER, 2006, p.05).

De lá para cá muita coisa mudou e a Internet deu um grande salto. O “Registro.br”, que comercializa os domínios de sites do país, divulga que passa de 3,2 milhões, o número de espaços registrados no país até 15 de junho desse ano. (Disponível em <http://registro.br/estatisticas.html>).

Nesse contexto estão também inseridos os webjornais, tantos aqueles transmediados da versão impressa, quanto àqueles feitos especificamente de atender o público da Internet, o que leva a uma separação cronológica da evolução em andamento na área específica do Jornalismo com veiculação pela Internet.

Cronologia evolutiva

Esse jornalismo on-line estaria agora entrando em uma quarta fase de evolução. Conforme explica Palacios (2006), a primeira fase teria sido o da reprodução de partes dos grandes jornais impressos na Internet. Na segunda fase o modelo tradicional ainda foi mantido, mas com alguns implementos específicos do Jornalismo On-line, como ferramentas interativas “*e-mail, para comunicação entre jornalista e leitor; fóruns de debates; surgem as seções como últimas Notícias*” (MACHADO, 2003, p.49).

Agora estaria terminando a terceira fase que Palacios (2006) define como “*new journalism on-line*”, onde os sites “*ultrapassam a ideia de uma versão para a web de um veículo já existente e empresas jornalísticas são criadas não mais em decorrência de uma tradição do jornalismo impresso*” (TORQUATO, 2005, p.33)



Nessa terceira fase citada, há uma sistematização de atributos que são debatidos e organizados como características que definem o ciberjornalismo. São apontadas como características a interatividade, o hipertexto, a localidade, a personalização, a instantaneidade e a apetência pela profundidade através da navegabilidade. (TORQUATO, 2006, p. 45).

Machado e Palacios (2003) concentram as seis características citadas em cinco: multimídia/convergência, interatividade, hipertextualidade, personalização e memória. (MACHADO & PALACIOS, 2003, p.02). Essas seis características ainda estão dentro da terceira geração do jornalismo.

A caracterização desse estágio pressupõe base tecnológica ampliada, acesso expandido por meio de conexões banda larga, proliferação de plataformas móveis, redação descentralizada e adoção de sistemas que permitam a participação do usuário, produtos criados originalmente para veiculação no ciberespaço, conteúdos dinâmicos formatados em narrativas multimídia, experimentação de novos elementos conceituais para organização da informação, assim como de novos gêneros. (BARBOSA, 2007, p.129)

A quarta geração, que Canavilhas (2012) chama de “Quarto Ecrã”, traz como novidade a entrada em cena de outros dispositivos para recebimento de conteúdo jornalístico, que são os chamados dispositivos móveis, podendo significar os aparelhos telefônicos ou os populares tablet’s, por exemplo, que são possíveis de navegabilidade através de redes sem fio (wireless). (CANAVILHAS, 2012)

Nesse novo patamar, Canavilhas (2012) vê uma mudança também na forma de se direcionar conteúdo, uma vez que o público consumidor de conteúdo estaria ficando mais exigente.

“A emergência dos chamados terceiro e quarto ecrã (Aguado, 2008) obrigou os meios de comunicação a efetuar reajustamentos nas suas estratégias de distribuição. A possibilidade de fazer chegar os conteúdos aos computadores e telemóveis dos consumidores abriu novos canais, mas criou igualmente a oportunidade de lançar novos formatos jornalísticos mais apelativos e adaptados a utilizadores cada vez mais exigentes”. (CANAVILHAS, 2012, p.07)

Porém, desde 1995 até a data de publicação deste artigo, alguns formatos de apresentação da notícia por canais via Internet continuam imutáveis. Mudaram-se os meios,



permaneceram os formatos. É o caso do texto jornalístico baseado no lead⁶ e na pirâmide invertida, que segue um modelo linear de leitura.

Os sites e seus erros

Os sites analisados são relativamente novos no ambiente Digital. A versão on-line de A Tarde (www.atarde.uol.com.br) é de 1997; de O Povo (www.opovo.com.br) é de 1995; de A Gazeta (www.gazetadopovo.com.br) é de 2000⁷; da Valor On-line (www.valoronline.com.br) data de 2001⁸; do Estadão (www.estadao.com.br) é de 2003⁹; do Clic RBS (www.clicrbs.com.br) de 2000 e da Folha On-line (www.folha.uol.com.br) de 1995¹⁰.

Para analisar quais os erros desses sites quanto à acessibilidade de pessoas com deficiência, separamos um dia aleatório, no caso o dia 23 de maio de 2013, mesmo procedimento metodológico de Marques de Melo (1985).

Já os obstáculos foram detectados através do programa DaSilva, validador automático de Acessibilidade, que relata quais os erros, onde estão localizados e o que é preciso fazer para corrigi-los. De início, antecipamos que há erros, que eles são facilmente detectados pelos programas disponíveis e que a correção é possível.

Acessibilidade à web

A Internet (Rede Mundial de Computadores), criada em 1989 e popularizada a partir de 1995 com a WWW (World Wide Web), ampliou os conteúdos disponíveis e facilitou o acesso e a troca de informações. Para usufruir desse conteúdo virtual foi estabelecida uma relação entre ser humano e computador e as pesquisas têm buscado maneiras de melhorar esse relacionamento.

Entre as pesquisas realizadas estão as que levaram em consideração que as pessoas com deficiência se deparam com maiores obstáculos nesse meio e as pesquisas resultaram em

⁶ As perguntas: Quem? Quê? Quando? Como? Onde? Por quê?, que devem ser respondidas no primeiro nível do texto.

⁷ Disponível em <http://www.grpcom.com.br/grpcom/historico.html>

⁸ Disponível em <http://www.valor.com.br/historia>

⁹ Disponível em <http://www.estadao.com.br/historico/resumo/conti7.htm>



tecnologias assistivas, como programas de leituras de tela para utilização de pessoas com deficiência visual (WATAYA, 2006, p.228), entre eles o sistema operacional DOSVOX, criado por pesquisadores brasileiros da UFRJ (UFRJ, 2002). Outros exemplos de programas são:

“sintetizadores de voz, ampliadores de tela, para pessoas cegas ou de baixa visão; programas de comando de voz para cegos e pessoas com dificuldades na digitação; teclados e mouses especiais, controlados por um joystick ou pelos movimentos da cabeça, por exemplo, para pessoas com dificuldades motoras, etc”. (QUEIROZ, 2013)

Além desses recursos que buscam facilitar a navegação na web, a tecnologia assistiva envolve toda a tecnologia criada “para ajudar pessoas com incapacidades ou deficiência a executarem atividades do cotidiano”, entre elas “as cadeiras de rodas, as máquinas de leitura, próteses, etc” (QUEIROZ, 2013). Entre as mudanças de relacionamento físico entre o computador e a pessoa com deficiência visual, por exemplo, está a maior demanda do teclado, frente ao mouse, possibilitando comandos de atalho de teclas, e a maior frequência na utilização dos equipamentos de áudio para os programas de leitura de tela, sintetizadores de áudio ou de comando por voz.

No entanto, mais do que equipamentos e programas para facilitar a navegação na web, torna-se necessária a adaptação dos sítios e portais na web às diretrizes de acessibilidade. Assim, percebe-se que são necessárias diferentes áreas de acessibilidade. CONFORTO e SANTAROSA (2002) apresentam três áreas: acessibilidade ao computador, por meio de programas e “ajudas técnicas”; acessibilidade ao navegador, sendo que o LYNX é específico para pessoas com deficiência visual; e acessibilidade ao planejamento de páginas WEB, que “envolve várias dimensões como conteúdo, estrutura e formato”. (CONFORTO e SANTAROSA, 2002, p.87)

Com vistas à interação da pessoa com deficiência com o conteúdo dos ciberjornais, neste artigo trataremos dessa última área, acessibilidade ao planejamento de páginas web, baseado no conceito utilizado pelo e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico):

“A acessibilidade à Web refere-se a garantir acesso facilitado a qualquer pessoa, independente das condições físicas, dos meios técnicos ou dispositivos utilizados.



No entanto, ela depende de vários fatores, tanto de desenvolvimento quanto de interação com o conteúdo. O processo para desenvolver um sítio acessível é realizado em três passos: 1.Seguir os padrões Web; 2.Seguir as diretrizes ou recomendações de acessibilidade; 3.Realizar a avaliação de acessibilidade.” (e-MAG, 2011, p.08)

O foco deste artigo será a avaliação de acessibilidade. Para isso, utilizaremos o validador automático DaSilva, um dos validadores indicados pelo e-MAG (e-MAG, 2011, p.64), e que será usado para avaliar a página inicial dos sete ciberjornais.

Validadores automáticos são “softwares ou serviços online que ajudam a determinar se um sítio respeitou ou não as recomendações de acessibilidade, gerando um relatório de erros” (e-MAG, 2011, p.9-10). O objetivo será registrar um momento, dia 23 de maio de 2013, que pode sinalizar o panorama da acessibilidade nesses portais, detectando algumas das principais limitações.

Os programas de leitura de tela, utilizados pelos cegos, e outros recursos de tecnologia assistiva, só garantem melhor acesso aos conteúdos e serviços dos sítios eletrônicos se os sítios seguirem os padrões Web, como as recomendações do W3C (World Wide Web Consortium).

As “Recomendações do W3C” afirmam buscar a promoção da “Interoperabilidade da Web”, que seria a compatibilidade de tecnologias para funcionamento do acesso a Web em diferentes equipamentos e softwares. Os portais estariam adequados nacional e internacionalmente para o acesso em internet lenta ou através outros equipamentos, como os móveis, aparelhos celulares e tablets, por exemplo, e não perderiam suas características quando acessados por outros programas e aplicativos. Para isso, buscariam tecnologias que visem a “acessibilidade, internacionalização, independência de equipamentos, acesso móvel e garantia de qualidade”. (W3C BR, 2012).

Um documento considerado como referência nos últimos anos em Acessibilidade na Web é o WCAG 2.0 (Web Content Accessibility Guidelines), as Recomendações de Acessibilidade para Conteúdo Web, lançadas em 2008 pelo consórcio internacional W3C, por meio da WAI (Web Accessibility Initiative). (W3C BR, 2012). As recomendações WCAG 2.0 buscam:

“tornar o conteúdo acessível para um amplo grupo de pessoas com deficiência, incluindo cegueira e baixa visão, surdez e baixa audição, dificuldades de



aprendizagem, limitações cognitivas, limitações de movimentos, incapacidade de fala, fotosensibilidade e suas combinações.” (W3C, 2008)

Baseado nas recomendações de Acessibilidade do WCAG, o Governo Brasileiro, por meio do Departamento de Governo Eletrônico e em parceria com instituições ligadas à temática, fez alterações baseadas na realidade e estudos nacionais na área e criou o e-MAG (Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico). Todos os sítios e portais do Governo Brasileiro foram obrigados a seguir o e-MAG a partir do ano de 2007, com a publicação da Portaria nº 3, de 7 de maio de 2007. (E-MAG, 2011, p. 05)

Outras legislações foram criadas anteriormente e basearam o e-MAG, como o Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência e o Decreto nº 6949, de 25 de agosto de 2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência elaborada pelas Nações Unidas, e define no artigo 9º “a obrigatoriedade de promoção do acesso de pessoas com deficiência a novos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, inclusive à Internet”. (E-MAG, 2011, p. 06-07)

Já em 2011 foi lançada a terceira versão do e-MAG, realizada por meio da parceria entre o Departamento de Governo Eletrônico e o Projeto de Acessibilidade Virtual da RENAPI (Rede de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais), observando as contribuições de nova consulta pública, as atualizações do WCAG 2.0 e as colaborações de especialistas na área (E-MAG, p. 05, 2011).

As recomendações do e-MAG e do WCAG são a base do validador automático DaSilva, disponível no sítio eletrônico <http://www.acessobrasil.org.br/dasilva/aval.do>, que faz a checagem online se um portal está cumprindo as normas de acessibilidade. O DaSilva é “um software que detecta um código HTML e faz uma análise do seu conteúdo” e é voltado para “web-designers, web-masters e todas as pessoas que desenvolvem sites para a Internet e tenham a necessidade de torná-los acessíveis”. (DASILVA, 2006)

Relatório de erros dos ciberjornais

A partir da inserção dos endereços dos sete ciberjornais da Folha de S. Paulo, Valor Econômico, Estadão, Gazeta do Povo, ClickRBS, A Tarde e do O Povo, em 23 de maio de 2013, das 20h50 às 22h44, o validador automático DaSilva gerou um relatório de erros e



avisos para cada endereço, identificando quantas são as ocorrências e onde estão os problemas (linhas). Os erros e avisos recebem “pontos de verificação/recomendação” e estão divididos em prioridades 1, 2 e 3 que são, respectivamente, “pontos que os criadores de conteúdos na Web devem satisfazer inteiramente”, “deveriam satisfazer” e “podem satisfazer”:

- 1) Prioridade 1: “Pontos que os criadores de conteúdo Web devem satisfazer inteiramente. Se não o fizerem, um ou mais grupos de usuários ficarão impossibilitados de acessar as informações contidas no documento. A satisfação desse tipo de pontos é um requisito básico para que determinados grupos possam acessar documentos disponíveis na Web.”
- 2) Prioridade 2: “Pontos que os criadores de conteúdos na Web deveriam satisfazer. Se não o fizerem, um ou mais grupos de usuários terão dificuldades em acessar as informações contidas no documento. A satisfação desse tipo de pontos promoverá a remoção de barreiras significativas ao acesso a documentos disponíveis na Web.
- 3) Prioridade 3: “Pontos que os criadores de conteúdos na Web podem satisfazer. Se não o fizerem, um ou mais grupos poderão se deparar com algumas dificuldades em acessar informações contidas nos documentos. A satisfação deste tipo de pontos irá melhorar o acesso a documentos armazenados na Web. (DASILVA, 2006)

Para a amostra deste artigo o validador detectou 8.824 erros e avisos a partir das recomendações do WCAG e 8.921 erros e avisos a partir das recomendações do e-MAG, envolvendo os três tipos de prioridades. Demonstrando aproximação entre os resultados. Os números só não são os mesmos, porque pela WCAG aparecem dois itens de recomendação e pelo e-MAG aparecem seis itens.

Somando o total de erros e avisos das três prioridades, mas de cada ciberjornal, podemos estabelecer a seguinte classificação, do ciberjornal com menos para o que apresentou mais ocorrências, em 23 de maio de 2013: Valor Econômico (www.valoronline.com.br) na 1ª posição com 594 ocorrências pelo WCAG e 603 pelo e-MAG; A Tarde (www.atarde.uol.com.br) na 2ª posição com 814 ocorrências pelo WCAG e 827 pelo e-MAG; o Estadão (www.estadao.com.br) na 3ª posição com 851 ocorrências pelo WCAG e 854 pelo e-MAG; a Gazeta do Povo (www.gazetadopovo.com.br) na 4ª posição com 1.026 ocorrências pelo WCAG e 1.035 pelo e-MAG; a Folha de S. Paulo (www.folha.uol.com.br) na 5ª posição com 1.371 ocorrências pelo WCAG e 1.386 pelo e-MAG; o ClickRBS (www.clicrbs.com.br) na 6ª posição com 1.591 ocorrências pelo WCAG e

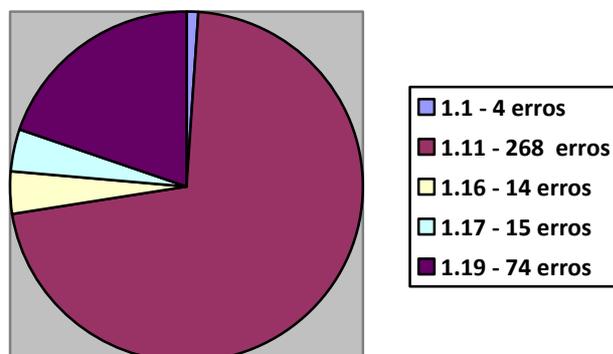


1.598 pelo e-MAG; e O Povo (www.opovo.com.br) na 7ª posição com 2577 ocorrências pelo WCAG e 2618 pelo e-MAG.

No entanto, o detalhamento dos dados apresentados pelo validador DaSilva para este artigo será baseado somente na prioridade 1, com os “pontos que os criadores de conteúdos na Web devem satisfazer inteiramente” (DASILVA, 2006). Com esse critério, apareceram seis itens diferentes como “pontos de verificação/recomendação” que devem corrigidos como prioridade 1, segundo as recomendações do e-MAG:

- 1) 1.1 - Identificar o principal idioma utilizado nos documentos. O idioma do documento deve ser especificado na expressão HTML.
- 2) 1.11 - Fornecer um equivalente textual a cada imagem (isso abrange: representações gráficas do texto, incluindo símbolos, GIFs animados, imagens utilizadas como sinalizadores de pontos de enumeração, espaçadores e botões gráficos), para tanto, utiliza-se o atributo "alt" ou "longdesc" em cada imagem. Obs.: Para scripts você deve utilizar noscript.
- 3) 1.12 - Fornecer links de texto redundantes relativos a cada região ativa de um mapa de imagem armazenado tanto no cliente quanto no servidor. Não esquecendo de adicionar texto equivalente à imagem mostrada, no caso o "alt" ou "longdesc".
- 4) 1.16 - Assegurar a acessibilidade do conteúdo de frames, fornecendo uma página alternativa através do elemento "noframes".
- 5) 1.17 - Dar a cada frame um título que facilite a identificação dos frames e sua navegação.
- 6) 1.19 - Assegure a acessibilidade de objetos programados, tais como programas interpretáveis e applets, garantindo que a resposta a eventos seja independente do dispositivo de entrada e que qualquer elemento dotado de interface própria possa funcionar com qualquer leitor de tela ou navegador que o usuário utilize. Evite colocar scripts que estejam vinculados a links, se isso não for possível, fornecer informações equivalentes em uma página alternativa acessível.

A recomendação de “1.11 - Fornecer um equivalente textual a cada imagem” foi o mais predominante com 268 ocorrências, correspondendo a 71,56% do total de 375 ocorrências. Em seguida, são 74 ocorrências (19,73%) que devem ser corrigidas a partir da recomendação 1.19, 15 ocorrências (4%) a partir da recomendação 1.17, 14 ocorrências (3,73%) a partir da recomendação 1.16 e 4 ocorrências (1,06%) que devem ser corrigidas a partir da recomendação 1.1. Conforme gráfico:

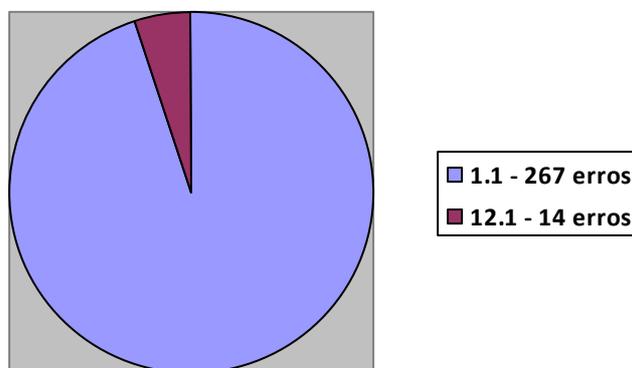


Também observando apenas as ocorrências de erros de prioridade 1, com os “pontos que os criadores de conteúdos na Web devem satisfazer inteiramente” (DASILVA, 2006), a partir das recomendações do WCAG, surgiram apenas dois itens diferentes como “pontos de verificação/recomendação”:

1.1 - Fornecer um equivalente textual a cada elemento não textual (por ex., por meio de "alt" ou "longdesc", ou como parte do conteúdo do elemento). Isso abrange: imagens, representações gráficas do texto (incluindo símbolos), regiões de mapa de imagem, animações (por ex., GIF animados), applets e objetos programados, arte ASCII, frames, programas interpretáveis, imagens utilizadas como sinalizadores de pontos de enumeração, espaçadores, botões gráficos, sons (reproduzidos ou não com interação do usuário), arquivos de áudio independentes, trilhas áudio de vídeo e trechos de vídeo.

12.1 - Dar, a cada frame, um título que facilite a identificação dos frames e sua navegação. (DaSilva, 2006)

O relatório apontou 14 ocorrências que “devem ser satisfeitas imediatamente” observando a recomendação 12.1, quantidade equivalente a 4,98% do total de ocorrências (281), e 267 ocorrências que devem ser corrigidas observando a recomendação 1.1, correspondendo a 95,02% do total de erros. Conforme gráfico:



Os resultados das análises a partir das recomendações do e-MAG e do WCAG se assemelham muito quanto ao principal problema, o “conteúdo alternativo para imagens”, que pode ser corrigido através da recomendação 3.6 do e-MAG:

“Deverá ser fornecida uma alternativa textual, pelo atributo alt, para imagens, fotos, gráficos, banners, botões de imagem, áreas ativas de mapa de imagem, CAPTCHA, etc. Além do alt, para imagens mais complexas, que necessitem de uma descrição mais detalhada, deverá ser fornecida uma descrição longa no próprio contexto ou em um link (claramente identificado como descrição da imagem) logo após a imagem.” (E-MAG, 2011, p.63)

Por meio da quantidade de ocorrências de prioridade 1 (“que devem ser satisfeitos imediatamente”) detectada nos sete ciberjornais, pode ser organizada outra comparação entre as análises, de modo que a Folha de S. Paulo (www.folha.uol.com.br) pode ser classificada em 23 de maio de 2013 na 1ª posição com 4 ocorrências pelo WCAG e 5 pelo e-MAG; o Valor Econômico (www.valoronline.com.br) na 2ª posição com 6 ocorrências pelo WCAG e 6 pelo e-MAG; o Estadão (www.estadao.com.br) na 3ª posição com 9 ocorrências pelo WCAG e 11 pelo e-MAG; a Gazeta do Povo (www.gazetadopovo.com.br) na 4ª posição com 25 ocorrências pelo WCAG e 35 pelo e-MAG; o CLICKRBS (www.clicrbs.com.br) com a 5ª posição com 35 ocorrências pelo WCAG e 62 pelo e-MAG; o A Tarde (www.atarde.uol.com.br) na 6ª posição com 66 ocorrências pelo WCAG e 70 pelo e-MAG; e O Povo (www.opovo.com.br) na 7ª posição com 139 ocorrências pelo WCAG e 187 pelo e-MAG. Essa classificação se diferencia da primeira comparação, porque a anterior levou em consideração os erros e avisos das três prioridades.

Portanto, a avaliação do dia 23 de maio de 2013, apontou que nenhum dos portais estão acessíveis. Quando o validador não encontra nenhum erro ou aviso, gera um selo de acessibilidade que pode ser usado para divulgação da condição de acessibilidade.

Considerações finais

Ao dificultar o acesso às pessoas com deficiência, os ciberjornais colaboram para aprofundar o que Becker (2009) chama de “apartheid digital”, ou seja, a desigualdade entre quem pode e quem não pode usufruir dos benefícios das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). O impacto disso seria no estabelecimento de obstáculos de acesso à própria cidadania, tendo em vista que a integração à web significa “acesso à informação, lazer, arte, serviços públicos, participação política, comunicação e expressão, programas educativos (...)”, com destaque no objeto deste artigo, ao próprio direito de comunicação. (BECKER, 2009, p.12)

O Direito de Comunicação é posicionado por Becker (2009), a partir das conferências e debates internacionais, como um “direito expandido” que incluiria o Direito de Informação e alguns elementos-chave dos Direitos Culturais, dos Direitos de Proteção, dos Direitos Coletivos e dos Direitos de Participação, porque compreenderia “não somente dar voz aos sem voz, mas todas as condições necessárias para que isso aconteça” (BECKER, 2009, p. 125-126)

A falta de acessibilidade aos ciberjornais estaria obstruindo diretamente um dos argumentos emancipatórios das Tecnologias de Informação e Comunicação, o de proporcionar “maior informação e qualificação da ação dos cidadãos” (BECKER, 2009, p.126).

Além de acesso ao conteúdo que está publicado nos ciberjornais, de acordo com o relatório de erros da amostra deste artigo, podemos afirmar que as pessoas com deficiência encontram dificuldades também para aproveitar da interatividade, característica do jornalismo on-line que promete possibilitar maior participação/intervenção do cidadão na notícia.

Ainda que a internet não seja o foco principal da luta pela democratização da grande mídia (impresso, rádio e TV) no Brasil, a definição de Peruzzo (2004) sobre o direito à comunicação colabora para dar dimensão ao grau de exclusão digital que os ciberjornais apresentam às pessoas com deficiência:



Direito à comunicação não diz respeito apenas ao direito básico do cidadão de ter acesso à informação livre e abundante de conhecimento produzido pela humanidade. Isso é essencial nas sociedades democráticas. Nem se cogita a possibilidade de restrições à liberdade de informação e expressão. Porém, direito à comunicação na sociedade contemporânea inclui o direito ao acesso ao poder de comunicar, ou seja, que o cidadão e suas organizações coletivas possam ascender aos canais de informação e comunicação – rádio, televisão, Internet, jornal, alto-falantes etc. – enquanto emissores de conteúdos, com liberdade e poder de decisão sobre o que é veiculado. Nessas condições o cidadão se torna sujeito, assume o papel ativo no processo de comunicação. (PERUZZO, 2004, p.77)

Nesse contexto, além de conteúdos inacessíveis, os ciberjornais estariam impedindo que as pessoas com deficiências sejam tanto receptores quanto emissores de conteúdo. Porém, como já mencionamos neste artigo, os erros são passíveis de correção, desde que haja interesse dos setores dos ciberjornais responsáveis pela estrutura de programação das páginas na web.

Referências Bibliográficas

- BECKER, Maria Lúcia. **Inclusão digital e cidadania: as possibilidades e as ilusões da “solução” tecnológica**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2009.
- CONFORTO, Debora; SANTAROSA, Lucila Maria Costi. **Acessibilidade à Web: Internet para Todos**. Informática na Educação, Porto Alegre - RS, v. 5, p. 87-102, 2002
- DASILVA, o primeiro avaliador de acessibilidade em português para website. **O que é o DaSilva?**. 2006. Disponível em <http://www.dasilva.org.br/?itemid=10>. Acessado em maio de 2013.
- E-MAG. **Modelo de acessibilidade de governo eletrônico** — versão 3.0. 2011. Disponível em: <www.governoeletronico.gov.br/emag/>. Acesso em: set. 2012.
- MARQUES DE MELO, José **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis : Editora Vozes, 1985.
- MARQUES DE MELO, José. **Teoria da comunicação: paradigmas Latino-americanos**. São Paulo: Vozes, 1998.
- PERUZZO, Cicilia. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org.). **Comunicação Pública**. Campinas: Alínea, 2004.
- QUEIROZ, Marco Antonio. **Acessibilidade web: tudo tem sua primeira vez - Parte I**. 2013. Disponível em <http://www.acessibilidadelegal.com/13-tudotem.php>. Acessado em maio de 2013.
- SONZA, Andréa Poletto. **Ambientes Virtuais Acessíveis sob a perspectiva de usuários com limitação visual**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Informática na Educação, Porto Alegre, Maio de 2008. Disponível em <<http://www.bento.ifrs.edu.br/ept/tese>> Acesso em setembro de 2012.



IX Conferência Brasileira de
Mídia Cidadã
IV Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã

UFRJ, NCE. **Projeto Dosvox**. 2002. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox> . Acesso em: set. 2012.

WATAYA, Roberto Sussumo. **O uso de leitores de tela no TelEduc**. Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.10, n.19, p.227-242, jan/jun 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832006000100016> Acesso em: set. 2012.

W3C. **Recomendações de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.0**. 2008. Disponível em <http://www.w3.org/TR/2008/REC-WCAG20-20081211/>. Acessado em maio de 2013.

W3C – Escritório Brasil. **Sobre o W3C**. Disponível em: <<http://www.w3c.br/Sobre>>. Acesso em: set. 2012.